

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Isenções fiscais para infraestrutura crescem no biênio.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: Petrobrás tenta reverter perda milionária com gás	3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Isenções fiscais para infraestrutura crescem no biênio**

O número de concessões fiscais a projetos de infraestrutura aumentou nos dois últimos anos, que também foram os de queda do PIB.

O Reidi (regime tributário de incentivos para a infraestrutura) garante às empresas com obras de energia, transportes e saneamento a isenção de PIS e Cofins nos projetos em construção.

Para conseguir a habilitação, é preciso ter aprovação do órgão do setor (como Anatel) e, depois, na Receita. O regime foi implantado em 2007.

De início, o ritmo de concessões fiscais foi afetado pela possibilidade de multa às agências que não fiscalizassem as obras, diz Alexei Vivien, diretor-presidente da ABCE (entidade do setor de energia). A regra de penalizar órgãos foi alterada em 2013. "Tinha acúmulo de processos a serem analisados", afirma.

O traquejo para se cadastrar também cresceu, diz Mauricio Salin, tributarista do escritório Azevedo Sette.

"É complexo e trabalhoso. O mercado aprendeu a pedir e isso faz com que o número de concessões aumente."

Por fim, empresas terceirizadas entraram na Justiça para poderem usufruir das isenções, diz João Victor Guedes, sócio do L.O. Baptista.

"Pessoas jurídicas entraram com ações e os juízes deram ordens para que a Receita as coabilitassem."

A tendência é que, com a desaceleração de investimentos no setor, o número de habilitações caia, diz Paulo Machado, sócio da consultoria tributária JCMB.

"As empresas estão atentas a como isso vai acontecer nas concessões do PPI", afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Petrobrás tenta reverter perda milionária com gás**

Mudança em conta de fornecimento de gás para o Norte pode ter impacto de R\$ 830 milhões.

A intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em uma intrincada conta de fornecimento de gás para a Região Norte do País poderá resultar em um prejuízo neste ano estimado pela própria estatal em R\$ 830 milhões.

O rombo financeiro, conforme apurou o 'Estado', está atrelado a mudanças nas regras do fornecimento de gás que a Petrobrás faz anualmente para a Amazonas Energia, distribuidora do grupo Eletrobrás que abastece Manaus e demais cidades da Região Norte do País. Na semana passada, em uma tentativa de reverter a situação, a Petrobrás encaminhou um "pedido de reconsideração" à Aneel.

A principal queixa da petroleira diz respeito a alterações que foram feitas no volume de gás contratado pela Amazonas Energia. Pelo acordo assinado entre as empresas em 2006 – que passou a vigorar em 2010 –, a Petrobrás tem de abastecer as usinas da Amazonas Energia com um volume fixo de 5,5 milhões de m³ de gás por dia, pelos próximos 20 anos.

Esse pagamento é feito com um subsídio obtido pela Amazonas Energia, por meio da cobrança de um encargo na conta de luz, a chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que tem seu orçamento fiscalizado e definido pela Aneel.

Contas. Ocorre que, ao definir o orçamento da CDE e normatizar os subsídios incluídos no encargo neste ano, a Aneel reajustou o volume de gás que entende necessário para as usinas e definiu que a quantidade que será coberta pelo encargo será de 4,1 milhões de m³ por dia. Nas contas da Petrobrás, isso vai lhe custar R\$ 600 milhões.

"Como pode um instrumento firmado em 2006 ser subvertido por uma nova interpretação conferida pela agência, após o transcurso do prazo de mais de dez anos de sua celebração? Onde está a estabilidade jurídica?", questionou a Petrobrás, em documento ao qual o Estado teve acesso. Segundo a petroleira, o abastecimento fixado em 5,5 milhões de m³/dia é "direito adquirido" em contrato e "não pode sofrer afronta por lei, muito menos por ato administrativo".

Foi com base nesse volume de gás, disse a empresa, que se firmaram os investimentos para construir o gasoduto de 800 km que liga a cidade de Coari a Manaus, no Amazonas. O segundo rombo da Petrobrás diz respeito a um calote da Amazonas Energia, que chega a R\$ 7,38 bilhões em dívidas já reconhecidas, em valores históricos. Neste ano, a Petrobrás tinha previsão de receber parcela R\$ 230 milhões, mas o pagamento ficou fora do orçamento da Aneel.

O Ministério de Minas e Energia, contudo, determinou a inclusão dessas parcelas no orçamento da agência. Procurada pela reportagem, a Petrobrás disse que não comentaria o assunto. A Aneel afirmou que, em reunião pública na terça-feira, vai discutir a inclusão da parcela da dívida no orçamento da CDE. Quanto à redução do volume de gás, disse que está em fase de fiscalização.

MME / ASCOM .